
APRESENTAÇÃO

Este é um livro sobre a psicologia social do preconceito e do racismo. À primeira vista o título parece óbvio, de fácil entendimento, mas não é. Como se verá, há muitas formas diferentes de conceber os dois objetos de análise do texto: preconceito e racismo. O modo como os definimos interfere na sua percepção, análise e nas ações para combatê-los. O pressuposto aqui é o de que, quando a análise dos fenômenos é imprecisa, a estratégia de controle poderá não alcançar os objetivos propostos (MILES, 1989). Esses dois termos, preconceito e racismo, serão definidos nas páginas que se seguem. Há, no entanto, um outro que precisamos definir para permitir ao leitor o entendimento da proposta deste trabalho e de como ela se diferencia e pode complementar outras semelhantes; trata-se do termo “psicologia social”.

No Brasil existem pelo menos duas versões de psicologia social, que orientam as análises e reflexões dos estudiosos, uma psicologia social “construcionista”, marcada pela influência epistemológica do pós-estruturalismo, que integra duas correntes principais “a psicologia social crítica” e a “abordagem sócio-histórica”. Por outro lado, há uma psicologia social mais “estruturalista” e construtivista¹, na qual duas correntes também podem ser destacadas: a “psicologia social psicológica”, de marcada influência norte americana e a “psicologia social sociológica”,

que é mais influenciada pelos estudos europeus sobre minorias sociais (para boas revisões ver ÁLVARO & GARRIDO, 2004; FARR, 2013; JESUÍNO, 1996).

As diferenças de abordagem nas psicologias sociais estruturam as áreas de formação, o perfil dos seus profissionais e a forma como são abordados os problemas sociais. Lima e Techio (2013) realizam um estudo junto a uma amostra de 545 professores de psicologia social de vários países: 288 da América do Sul, 149 do Brasil; 172 da Europa e 85 da América Central. Os resultados do Brasil demonstram que os psicólogos sociais da abordagem construcionista definem a disciplina “como uma forma de compreensão da natureza social dos processos psicológicos e relacionais a partir de uma configuração histórica e cultural de subjetividades e modos de ações intersubjetivas” (p. 78). A análise do léxico dessa definição demonstrou que ela se objetiva pela ausência de termos como “psicologia”, “comportamento”, “interações”, “grupo”, “contexto”, “individual” e “sociedade”. Por outro lado, os psicólogos da corrente construtivista definem a psicologia social como “área da psicologia que estuda fenômenos históricos e culturais dos grupos, considerando as variáveis ambientais que afetam os grupos, as relações entre grupos e dentro de grupos” (p. 78), ou ainda como “o estudo científico da influência da presença real ou imaginada que as outras pessoas exercem sobre o comportamento individual” (p. 78). A primeira dessas definições reflete a corrente da “psicologia social sociológica” e traz como ausências no seu léxico os termos “comportamento”, “influência”, “pessoa”, “relacionamento” e “compreensão”. A segunda definição, notadamente da “psicologia social psicológica”, reproduz uma definição clássica^{II}, e se opõe lexicamente a termos como “história”, “cultura”, “humanos” e “contextos”.

A noção de psicologia social adotada neste livro é a da psicologia social sociológica sem oposição à psicologia em termos ontológicos. Ou seja, adotamos uma perspectiva de psicologia social que segue a advertência do professor Celso Sá: não se faz psicologia social apenas com a psicologia, mas não se faz psicologia social sem a psicologia (SÁ, 2013). Em termos ontológicos e epistemológicos, a noção de psicologia social que adotamos é de Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro, para os quais “A Psicologia Social é uma disciplina animada pela paixão da investigação e pela preocupação com a intervenção” (1996, p. 9).

Nessa direção, as análises que conduziremos ao longo do livro serão norteadas, por um lado, pela pesquisa empírica e teórica feita dentro e fora dos “muros” da psicologia e, por outro, pela preocupação com o combate a todas as formas de preconceito e racismo.

A forma de conceber a psicologia social adotada neste livro segue a proposta de integração de níveis de análise de Willem Doise (1976, 2002). Serão considerados, no primeiro nível de explicação do preconceito e do racismo, os processos individuais, referentes à forma como as pessoas organizam suas experiências e informações sobre o meio que as circunda. Num segundo nível, considera-se os processos interindividuais e situacionais, nele são analisados os indivíduos nas suas interações com outros. No terceiro plano analítico, o posicional, as explicações enfatizam as diferentes posições de poder dentro dos e entre os grupos, destacando-se as noções de dominantes e dominados, maiorias e minorias sociais. Finalmente, o quarto nível remete para os sistemas ideológicos, integrando de crenças, representações da alteridade e normas sociais, os quais estabelecem e legitimam sistemas de classificação e hierarquização social. A esses quatro níveis mais recentemente foram adicionados dois outros, o intersocietal e o neurológico (DOISE & VALENTIM, 2015), os quais também nortearão as análises neste livro. O intersocietal diz respeito às interdependências em escala global entre as sociedades. O nível neurológico se interessa pelas funções cerebrais enquanto as relações sociais acontecem, utilizando técnicas de imageamento cerebral para encontrar correlatos neuronais dos impactos cognitivos e afetivos dos encontros com o outro.

Portanto, considerando que racismo e preconceito são fenômenos multi causados, sendo ao mesmo tempo individuais, sociais, históricos e culturais, a psicologia social tem importante contribuição para o seu entendimento e combate. A possibilidade de articular diferentes níveis de explicação é a principal contribuição que nos propomos trazer neste livro, considerando que toda forma de entendimento é igualmente válida, desde que tenha suporte empírico sistemático e que se abra para o diálogo de integração ou de contraste com outras formas de explicação.

Trabalhos anteriores que analisaram a psicologia social do racismo no Brasil possuíam a mesma intenção que o nosso. Em 2002, foi lançado pela Editora Vozes, o livro “Psicologia social do racismo”, organizado por Iray Carone e Maria Aparecida S. Bento. Em dez capítulos os autores tentam colmatar a lacuna analítica das questões raciais e de suas consequências na sociedade por parte da psicologia social. O livro traça uma análise histórica ampla das desigualdades raciais, do branqueamento, da branquitude e dos impactos psicológicos e psicanalíticos do racismo no Brasil (JESUS JÚNIOR, 2003). A proposta de Carone e Bento é fornecer ao leitor uma visão ampla de vários temas, numa abordagem mais construcionista da psicologia social. Não obstante ser um

trabalho relevante em termos de denúncia e pioneiro, antes dele apenas Leon Crochík havia publicado na psicologia social um livro específico sobre preconceito (“Preconceito, indivíduo e cultura”^{III}) na década de 1990, a análise foca de forma exclusiva e não introdutória apenas o racismo, não se aprofundando no preconceito. Além disso, há relativamente pouca revisão da literatura específica da psicologia social sobre o tema.

O livro “Psicologia social do preconceito e do racismo” tem como objetivo colaborar para a discussão e análise do preconceito e do racismo, a partir da apresentação de pesquisas que ilustram como, por quê, contra quem e para quem esses fenômenos se manifestam. Ele procura suprir duas carências principais: 1) falta de material bibliográfico integrado das análises psicossociais do preconceito e do racismo no Brasil, carência que só a organização sob a forma de livro pode suprir; e 2) ausência de textos científicos introdutórios sobre os dois temas. O livro foi escrito com a preocupação de ser acessível a públicos não “iniciados” em psicologia social.

Acreditamos que a leitura do livro permitirá ainda responder a uma terceira questão, geralmente não tornada explícita: existe mesmo racismo no Brasil? Há muitos intelectuais e cidadãos comuns que ainda acham que não. Em 2006, o jornalista Ali Kamel publicou o livro “Não somos racistas: Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor”. Nele, o autor reafirma a antiga tese da democracia racial de Gilberto Freyre (1933), pontuando que o que faz o brasileiro diferente é o fato de haver menos racismo aqui e, “quando há, ele é envergonhado, porque tem consciência de que a sociedade de modo geral condena a prática como odiosa”. (p. 23). E mais, “As desigualdades no Brasil não podem ser explicadas pelo racismo porque o que coloca pretos, pardos e brancos pobres em desvantagem é a própria pobreza” (KAMEL, 2006, pp. 11-12).

Neste livro apresentaremos evidências empíricas que demonstram que a resposta é “sim”! Existe racismo no Brasil! Que as expressões “envergonhadas” podem se tornar, assim como, recentemente, tem-se tornado mais “desavergonhadas”, e que elas são igualmente maléficas para indivíduos e sociedades e, muitas vezes, mais difíceis de combater.

O livro se estrutura em três partes. Na parte 1 discutimos o preconceito, apresentamos e analisamos as suas principais definições na psicologia social, considerando suas especificidades. Em seguida, apresentamos teorias psicossociais que procuram responder por que existe preconceito, destacando suas funções individuais, sociais e ideológicas. Essa parte é finalizada com uma discussão sobre os processos automáticos ou inconscientes vinculados à expressão

do preconceito, sendo destacados os processos cognitivos e algumas das formas de pesquisa sobre as expressões mais veladas e mais abertas do preconceito. O leitor perceberá que a abordagem proposta tem como centro o preconceito de cor. Não obstante, em vários momentos, procuramos elencar elementos gerais e específicos do preconceito, de forma a tornar as análises aplicáveis ao entendimento de outros tipos de preconceito.

Na parte 2, analisamos o racismo. A estrutura do texto é semelhante à do tópico anterior. Procedemos, inicialmente, a uma delimitação conceitual, procurando construir uma definição psicossocial de racismo, que integre os elementos mais “psicológicos” do preconceito, com os mais “ideológicos” da dominação social. Analisamos, em seguida, as formas de expressão do racismo, considerando-o como fenômeno sistêmico que integra os planos individual, cultural e institucional. Finalizamos tratando do modo particular de expressão do racismo no Brasil da democracia racial. Na terceira e última parte, apresentamos estratégias da psicologia social, também numa análise multinível, para combate ao preconceito e ao racismo.

A ideia de composição deste livro surgiu em 2016, durante o XVI Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), ocorrida em Macéio. Na altura, percebendo a carência de material introdutório na psicologia social do Brasil sobre muitos temas importantes, planejamos uma coleção de “livros de bolso” na esteira da clássica “Coleção Primeiros Passos” da Editora Brasiliense. Assim, nosso primeiro agradecimento se dirige aos colegas do Grupo de Trabalho “A psicologia social e sua diversidade teórico-metodológica”, pais e mães da ideia do livro. Em seguida, agradecemos aos integrantes do Grupo de Pesquisa Normas Sociais, Estereótipos, Preconceito e Racismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialmente a Isabelle Haaiara Barbosa e Charles Vinicius Bezerra de Souza pela leitura cuidadosa do material e pertinentes contribuições. Agradecemos também aos colegas Dalila Xavier de França e Marcos Emanuel Pereira pelas críticas e sugestões que em muito aprimoraram a versão final do texto. Finalmente, agradecemos à UFS e ao CNPq pelas excelentes condições de trabalho que dispusemos e pela bolsa de Pós-Doutorado, a qual nos permitiu centrar esforços na confecção do livro.

